



Espaços de moradia na periferia da Região Metropolitana de Curitiba: caracterização tipológica dos Setores Especiais de Núcleos Urbanizados no Município de Mandirituba

Housing spaces in the outskirts of the Metropolitan Region of Curitiba: typological characterization of the Special Sectors of Urbanized Nuclei in the Municipality of Mandirituba

Espacios de vivienda en las afueras de la Región Metropolitana de Curitiba: caracterización tipológica de los Sectores Especiales de Núcleos Urbanizados en el Municipio de Mandirituba

Eduardo de Souza Ransolim

Universidade Federal do Paraná
eduardoransolim@hotmail.com

Madianita Nunes da Silva

Universidade Federal do Paraná
madianita@gmail.com

Resumo: Em um contexto em que a definição do que é “urbano” torna-se cada vez mais difusa, este artigo investiga os diferentes espaços de moradia resultantes da metropolização na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Estado do Paraná, tomando como referência os Setores Especiais de Núcleos Urbanizados no Município de Mandirituba. A investigação identificou quatro tipos de espaços, denominados: Rural, Dormitório, Limítrofe e Subcentralidade. Para a caracterização desses foram utilizados dados socioespaciais, por meio de levantamento de campo e utilização de fontes secundárias. A análise revelou a complexidade da produção do espaço no atual estágio da metropolização na RMC e, em função disso, a necessidade de repensar o planejamento territorial metropolitano que vem sendo adotado. O trabalho pretende contribuir com o desenvolvimento de metodologias voltadas a pesqui-

sas socioespaciais, bem como em termos teórico-explicativo e aplicado, vinculados à compreensão e atuação nas dinâmicas espaciais presentes em municípios periféricos de regiões metropolitanas.

Palavras-chave: Tipologias de espaços de moradia. Periferia. Região Metropolitana de Curitiba. Município de Mandirituba.

Abstract: In a context where the definition of “urban” becomes increasingly diffuse, this article investigates the different housing spaces resulting from metropolization in the Metropolitan Region of Curitiba (MRC), State of Paraná, using as reference the Special Sectors of Urbanized Nuclei in the Municipality of Mandirituba. The investigation identified four types of spaces, named: Rural, Dormitory, Frontier, and Subcentrality. For the characterization of these spaces, socio-spatial data were used, through field surveys and the use of secondary sources. The analysis revealed the complexity of space production in the current stage of metropolization in the MRC and, consequently, the need to rethink the metropolitan territorial planning that has been adopted. The work aims to contribute to the development of methodologies for socio-spatial research, as well as in terms of theoretical-explanatory and applied aspects, linked to the understanding and action in spatial dynamics present in peripheral municipalities of metropolitan regions.

Keywords: Housing space typologies. Periphery. Metropolitan Region of Curitiba. Municipality of Mandirituba.

Resumen: En un contexto en el que la definición de “urbano” se vuelve cada vez más difusa, este artículo investiga los diferentes espacios de vivienda resultantes de la metropolización en la Región Metropolitana de Curitiba (RMC), Estado de Paraná, tomando como referencia los Sectores Especiales de Núcleos Urbanizados en el Municipio de Mandirituba. La investigación identificó cuatro tipos de espacios, denominados: Rural, Dormitorio, Limítrofe y Subcentralidad. Para la caracterización de estos espacios, se utilizaron datos socioespaciales, a través de levantamientos de campo y el uso de fuentes secundarias. El análisis reveló la complejidad de la producción del espacio en la etapa actual de metropolización en la RMC y, en consecuencia, la necesidad de repensar la planificación territorial metropolitana que se ha adoptado. El trabajo tiene como objetivo contribuir al desarrollo de metodologías

para la investigación socioespacial, así como en términos teórico-explicativos y aplicados, vinculados a la comprensión y acción en las dinámicas espaciales presentes en municipios periféricos de regiones metropolitanas.

Palabras clave: Tipologías de espacios de vivienda. Periferia. Región Metropolitana de Curitiba. Municipio de Mandirituba.

Introdução

No atual contexto da rede urbana brasileira, a função desempenhada pela metrópole de Curitiba deriva de dinâmicas instauradas nos últimos cinquenta anos, e que foram responsáveis por processos de (re)estruturação espacial, os quais repercutiram na formação da atual espacialidade metropolitana (ULTRAMARI *et al.*, 1994; FIRKOWSKI, 2001; NUNES DA SILVA, 2012; 2014).

O fenômeno de metropolização no Paraná caracterizou-se pela concentração urbana acelerada, onde Curitiba e adjacências constituíram o principal destino dos migrantes entre as décadas de 1960 e 1980, especialmente (DELGADO; DESCHAMPS; MOURA, 2004). Esse processo evoluiu e se consolidou nas décadas seguintes (FIRKOWSKI, 2001). Em 2010 a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) (Figura 1) continha a maior aglomeração populacional do Paraná (IBGE, 2012), posição esta que se mantém em 2022, respondendo por 31% da população do estado (IBGE, 2023).

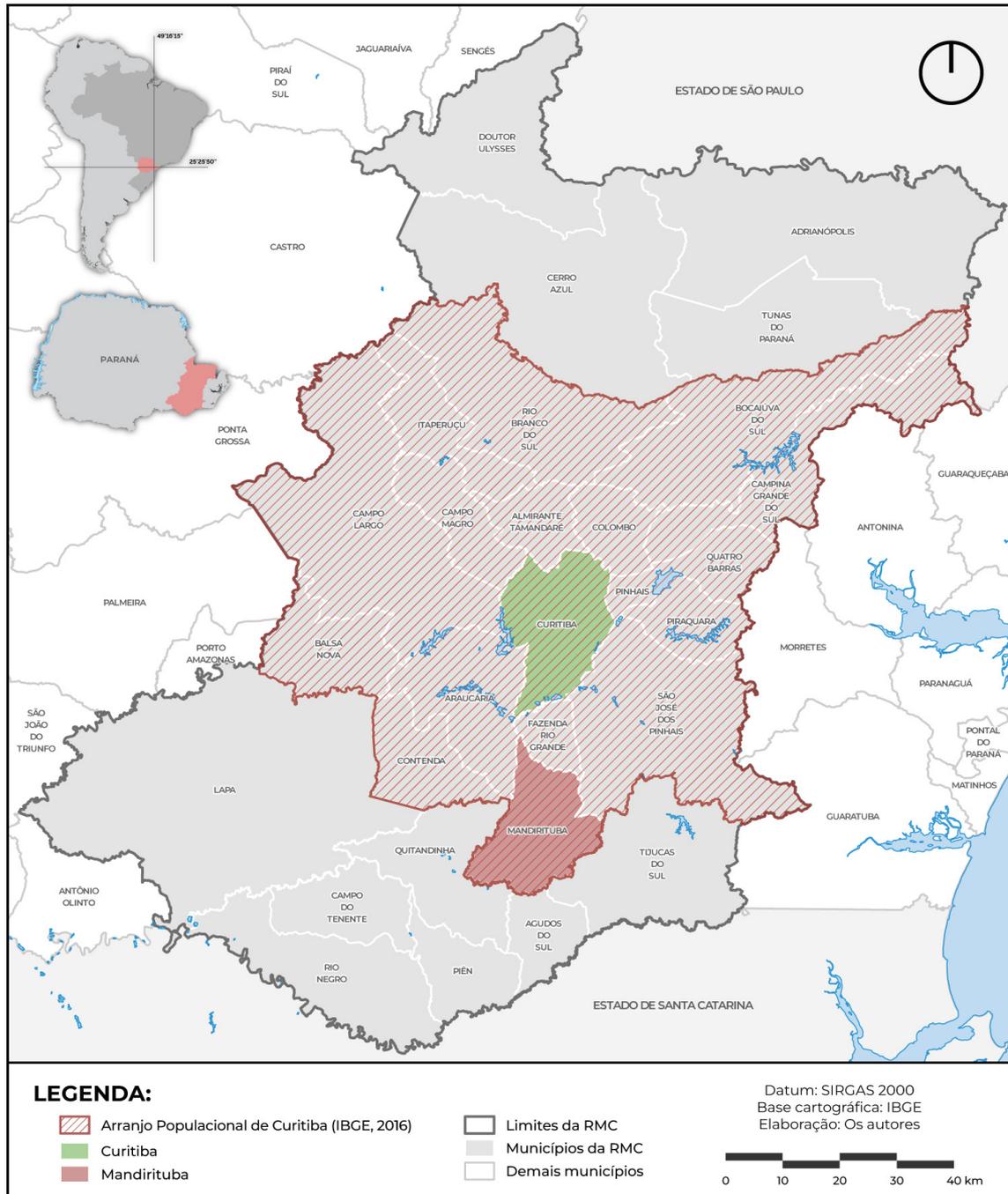


Figura 1: Região Metropolitana de Curitiba, área de concentração da população, com destaque para os municípios de Curitiba e Mandirituba

Fonte: Os autores (2024).

Com a metropolização, observou-se a contínua expansão da mancha urbana de Curitiba em direção às áreas rurais, derivada, em grande parte, das novas localizações dos espaços residenciais, configuran-

do uma espacialidade progressivamente mais dispersa e fragmentada (NUNES DA SILVA, 2012; BALISKI, 2019). Para Nunes da Silva *et al.* (2021, p. 33-34) a metropolização tem promovido um contínuo “consumo de espaço”, a partir de localizações cada vez mais distantes do município polo – Curitiba.¹

O presente artigo reflete acerca da relação entre a formação de metrópoles dispersas, as espacialidades decorrentes da metropolização e a produção de tipos de espaços de moradia (KAPP, 2012) em municípios mais distantes e com menor grau de integração com o polo (MOURA; DELGADO; CINTRA, 2014). Para tanto, toma como referência para a reflexão os processos socioespaciais presentes em Mandirituba, município situado no segundo anel da RMC, que não divide fronteiras político-administrativas com Curitiba (Figura 1). A análise tem como objetivo identificar os diferentes espaços de moradia derivados de processos socioespaciais em curso e ainda pouco estudados nesses municípios da RMC, que demandam ser reconhecidos e enfrentados por meio de políticas metropolitanas. Tal discussão justifica-se do ponto de vista científico, para a compreensão de processos socioespaciais presentes nas metrópoles brasileiras, mas também na dimensão técnico-operacional, considerando o atual processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da RMC.²

A investigação tem caráter exploratório e explicativo, na medida que busca identificar a relação entre dispersão espacial e a produção de espaços de moradia. Insere-se na área do conhecimento do planejamento urbano, campo teórico que, conforme Souza (2004, p. 73), é “um subconjunto de uma reflexão sobre a sociedade e, mais especificamente, sobre a mudança social”. Tais pesquisas, de acordo com Kapp (2020), têm especial interesse em abordar as relações entre sociedade e espaço, e a natureza conflitiva e antagônica dessas relações. Para seu desenvolvimento, foram adotados procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento de campo (GIL, 2017), e a formulação de uma tipologia, nos moldes de Kapp (2012), que visa descrever e caracterizar os diferentes tipos de espaços de moradia na periferia da metrópole.

1 Conforme identificam Ultramari *et. al.* (1994, p. 58), a formação das periferias no início da metropolização em Curitiba, excluindo-se alguns casos particulares, caracterizou-se pela expansão urbana em direção às áreas rurais, de forma descontínua, configurando espaços vazios entre as áreas ocupadas com feições rurais, os quais se tornaram suscetíveis a fortes pressões para o parcelamento do solo urbano.

2 A audiência de lançamento do PDUI-RMC ocorreu em 27 de setembro de 2023, em São José dos Pinhais. Site do PDUI disponível em: <https://www.pduirmc.com.br/>.

Inicialmente apresenta-se uma revisão de literatura acerca da urbanização dispersa e da reestruturação espacial observada nas metrópoles contemporâneas, que inclui a recuperação histórica da estruturação da metrópole de Curitiba, pela ótica dos municípios mais integrados ao polo. No tópico seguinte, discorre-se sobre os tipos de espaços de moradia resultantes da metropolização em Mandirituba, incluindo a metodologia empregada na pesquisa. Conclui-se com contribuições da pesquisa e questões formuladas a respeito dos fenômenos estudados, que pretendem fomentar o debate, nos campos acadêmico e profissional, acerca dos processos de planejamento e gestão metropolitanos em curso.

Urbanização dispersa, metropolização e reestruturação do espaço

Desde o início do século XXI, a definição do que é considerado urbano tem sido tema de debate e discordância nas Ciências Sociais. (BRENNER, 2018, p. 279). Em sua etapa atual, a urbanização não é mais restrita às aglomerações urbanizadas, mas constitui um fenômeno que extrapola os limites das cidades, sendo influenciada por práticas, táticas e estratégias dos diferentes capitais e do trabalho que buscam garantir sua reprodução (LIMONAD, 2011).

Além disso, as áreas urbanas estão mudando, expandindo-se para além de seus limites tradicionais, mesclando-se com as áreas rurais. O processo crescente de urbanização abrange vastas áreas do mundo de maneira desigual e dispersa, ao invés de se concentrar em pontos específicos. Segundo Brenner (2018, p. 271), tal dinâmica torna difícil compreender o fenômeno urbano usando conceitos tradicionais como “urbanidade”, “metropolitanismo” ou por meio da dicotomia “urbano-rural”. Ou seja, a definição do que é exatamente o “urbano” torna-se cada vez mais difusa, afetando a forma como estudamos e entendemos a sociedade, a maneira como as políticas públicas são desenvolvidas e a vida cotidiana das pessoas (BRENNER, 2018). Isso resulta em uma demanda crescente e constante por novas interpretações e gera, ao mesmo tempo, maior dificuldade para apreender processos cada vez mais complexos (OJIMA, 2007).

Conforme Sposito (2007a) e Corrêa (2011), a reestruturação espacial em curso se caracteriza pela articulação de duas escalas em especial, a da rede urbana e a intraurbana. De abrangência regional, a partir da primeira alteram-se as lógicas de estruturação espacial, produzindo, conforme Sposito (2007a), a reestruturação urbana. Na escala intraurbana transformam-se as morfologias espaciais, produzindo, segundo ela, a reestruturação da cidade. Assim, na reestruturação espacial em curso mudaram as lógicas que até então norteavam os processos de estruturação urbana e da cidade, alterando o movimento de concentração dispersão, no qual, conforme observa Nunes da Silva (2012) ao estudar o caso da metrópole de Curitiba, a produção dos espaços de moradia participa de maneira principal.

Em relação às metrópoles, nota-se ao redor do mundo um aumento no número de habitantes e o movimento de pessoas de diversos níveis de renda para áreas periféricas de baixa densidade ou em direção a regiões antes voltadas à atividade agropecuária e extrativista (LENCIONI, 2017). Esse deslocamento desempenha um papel importante na (re)estruturação dos territórios, diminuindo as diferenças entre o campo e a cidade, mas também criando novos conflitos entre essas realidades (LEFEBVRE, 1969).

Limonad (2011, p. 37) aponta que:

Esse movimento para fora das cidades estaria relacionado, por um lado, a uma tentativa de diferentes grupos sociais, de diferentes segmentos da força de trabalho, de acompanhar a realocação industrial e a formação de centros de comércio e serviços fora das cidades. Por outro lado, esse movimento centrípeta faz parte não só da busca de um novo estilo de vida, por parte das classes mais abastadas, mas, também, de estratégias de sobrevivência de diferentes grupos sociais em busca de moradias a preços mais acessíveis em áreas mais distantes dos grandes centros.

Sobre a ocupação das metrópoles brasileiras, Lencioni (2017, p. 39) menciona que “o novo padrão territorial das metrópoles não é por acaso disperso, estendendo em ondas o espaço construído”, e que tal dispersão urbana é estimulada:

[...] uma vez que a valorização imobiliária que acompanha o espraiamento territorial da metrópole se constitui numa das principais estratégias para a produção e concentração da riqueza social, já que o predomínio da descontinuidade é estratégico para a reprodução do capital. (LENCIONI, 2017, p. 35).

Vasconcelos (2016, p. 17) destaca que as metrópoles brasileiras não manifestam morfologias espaciais idênticas, sendo fruto das desigualdades sociais de cada contexto específico. Além disso, as transformações das metrópoles não ocorrem uniformemente, uma vez que permanências e resquícios de temporalidades passadas persistem e interagem com as mudanças socioespaciais observadas no presente. Ou seja, a reprodução do espaço envolve tanto inovações quanto permanências (CARLOS, 2007, p. 67).

A relação entre espraiamento da urbanização, valorização imobiliária e reprodução do capital vincula-se à lógica de produção da cidade capitalista. Nesse modo de produção todas as mercadorias têm um valor de uso e um valor de troca, sendo a diferença entre eles significativa quando se trata do solo urbano. O pagamento por esta mercadoria regula o acesso ao uso do solo e sua comercialização possibilita ao capitalista a extração de rendas, juros e lucros.

No caso da moradia, considerando as necessidades cotidianas das pessoas, derivadas da condição do habitar, o valor de uso precede o valor de troca (LEFEBVRE, 1999). Tal condição empresta ao valor de uso uma multiplicidade de possibilidades potenciais, para além da esfera familiar e privada, bem como valores de caráter coletivo. O valor de uso explicita, portanto, que existe uma diferença significativa entre ele e o valor de troca, emergindo daí uma série de contradições (HARVEY, 2016).

À luz da produção dos espaços de moradia, o conjunto de transformações em curso revela que a reestruturação espacial se caracteriza por uma crescente dificuldade de se reconhecer onde está o centro e onde está a periferia. Em função disso, Sposito (2007b) identifica a existência de centros e periferias, obrigando que os critérios de análise estejam mais voltados para entender os conteúdos e funções destas espacialidades do que para identificar suas posições nas estruturas das cidades.

Por meio desses processos a dispersão urbana é promovida e os ciclos de (re)estruturação do espaço são instaurados. Isso requer uma mudança nos paradigmas usados para entender como as metrópoles são produzidas. Conforme apontado por Soja (1993), as metrópoles se tornaram um mosaico em constante mudança, muito diferente do modelo de cidade que as antecedeu. Isso significa que as abordagens convencionais não são mais adequadas, e é necessária uma mudança significativa na forma como as compreendemos.

A estruturação espacial da metrópole de Curitiba

Não diferente do cenário nacional e global, a metropolização em Curitiba tem desencadeado processos de (re)estruturação espacial na RMC. No início do século XXI evidenciavam-se a ocorrência de duas fases: a primeira, de 1970 até 1980, em que se formaram as bases da metropolização; e a segunda, a partir da década de 1990, quando a metropolização se consolida como um fato urbano (FIRKOWSKI, 2001).

Na primeira fase, segundo Ultramari *et al.* (1994), a estruturação da metrópole caracterizava-se pela presença dos seguintes fenômenos: i) pressão de ocupação sobre áreas rurais e periféricas limítrofes a Curitiba; ii) insularidade das sedes urbanas dos municípios do entorno ao polo³; e iii) extravasamento de áreas urbanas consolidadas. Neste momento, considerando os espaços de moradia, o capital imobiliário produzia loteamentos regulares e clandestinos na periferia de Curitiba e municípios do entorno, destinados, principalmente, à moradia das classes populares (NUNES DA SILVA, 2012).

A partir de 1990 outros municípios metropolitanos passaram a desempenhar funções antes restritas ou predominantemente localizadas em Curitiba (FIRKOWSKI, 2001; NUNES DA SILVA, 2012; FIRKOWSKI; NUNES DA SILVA, 2018). Configura-se a partir de então uma espacialidade metropolitana mais complexa e fragmentada, onde nota-se, simultaneamente, movimentos de dispersão em direção a áreas periféricas ainda não ocupadas e de adensamento de áreas mais centrais e urbanizadas (FIRKOWSKI; NUNES DA SILVA, 2018). Tal deslocamento em direção às periferias, aliado a processos mais antigos de segregação socioespacial, potencializaram também a fragmentação do espaço urbano.

³ Os autores denominam “sedes urbanas insulares” pelo fato de não se observar a continuidade espacial entre as malhas urbanas do polo e das sedes urbanas dos municípios do entorno (ULTRAMARI *et al.*, 1994, p. 59).

Esse êxodo populacional rumo às áreas rurais da metrópole no século XXI tem diferenças qualitativas em relação ao crescimento demográfico observado nos municípios do entorno ao polo na década 1970. No atual milênio, a dispersão da ocupação metropolitana foi potencializada por processos de realocação da moradia das diferentes classes sociais (FIRKOWSKI; NUNES DA SILVA, 2018). Além disso, derivou das transformações ocasionadas pela 3ª Revolução Industrial (MOURA; DELGADO; CINTRA, 2014). Em relação à última, devido à produção flexível, o Estado neoliberal e a desregulamentação das relações de trabalho, são os trabalhadores que perseguem o capital, o qual se desloca para a periferia em busca de vantagens econômicas (CORRÊA, 1989; 2011; FIRKOWSKI, 2001; LIMONAD, 2011; FIRKOWSKI; NUNES DA SILVA, 2018).

No que diz respeito aos espaços de moradia, o crescimento demográfico e as mudanças de conteúdo social observadas nos municípios metropolitanos derivam tanto da produção formal como da informal. Em relação à produção dos espaços informais de moradia, conforme Nunes da Silva (2012), crescem a partir da década de 1990 os domicílios e assentamentos em favelas e loteamentos clandestinos principalmente. Em relação à produção formal, segundo Firkowski e Nunes da Silva (2018), os novos espaços residenciais se diferenciam em relação à tipologia, aos grupos sociais que os habitam, e ao agente financiador da produção. Conforme as autoras, cresce o número de condomínios residenciais fechados na periferia metropolitana, inclusive os de alta renda, identificando-se também, a partir do final da década de 2000, a produção de conjuntos habitacionais financiados pelas políticas públicas de habitação, principalmente com a execução do Programa Minha Casa Minha Vida (BALISKI, 2019; SANTOS, 2020). Ou seja, são identificadas distintas tipologias, voltadas a diferentes segmentos sociais, confirmando a observação de Rufino e Pereira (2011, p. 70) de que nesta fase da metropolização o aprofundamento das desigualdades urbanas se explica mais pelo “processo social de construção imobiliária da cidade (o setor) do que com a industrialização em geral”.

No início de 2010, Pereira (2013) identifica que os espaços periurbanos, compostos por paisagens rurais e por fragmentos urbanos, ocupavam aproximadamente 10% do território da RMC, correspondendo a cerca de três vezes a superfície das áreas urbanas consolidadas naquele momento, as quais respondiam por 3,7% da extensão territorial da RMC. O autor descreve tais áreas como

[...] aquelas de paisagem mista, com presença de fragmentos urbanos e interstícios rurais encadeados, localizadas no rebordo da mancha urbana principal, contígua ao polo, e/ou bastante integrada, contendo áreas de grande conexão por movimentos pendulares, significativa variação no que tange ao número de trabalhadores ligados à agropecuária, com predomínio de trabalhadores nos serviços e na indústria, cujas dinâmicas imobiliárias são distintas, por conta da conjugação da proximidade do núcleo central e do menor preço da terra, podendo ser caracterizada, dentre outras formas, pela generalização dos condomínios. (PEREIRA, 2013, p. 58).

Diante desse contexto de (re)estruturação espacial da metrópole, observa-se em Mandirituba o consumo de espaços rurais para a produção de espaços residenciais de caráter urbano (BALISKI, 2017).⁴ Além desse fato, destaca-se a descontinuidade espacial entre as manchas dessas novas ocupações de caráter urbano e os perímetros urbanos do município, conforme será abordado. Ou seja, a insularidade de sua sede urbana, assim como identificado na escala metropolitana no período precedente por Ultramari *et al.* (1994).

Notavelmente, essa dispersão e fragmentação urbanas destacam-se como desafios significativos para a garantia do direito à cidade desses novos espaços urbanizados (FUNPAR, 2020; RANSOLIM, 2022). Tal dinâmica motivou a criação de um zoneamento específico, denominado de Setor Especial de Núcleos Urbanizados (SENU), durante a revisão do Plano Diretor do Município de Mandirituba, indicando um esforço para reconhecer e regularizar esses territórios. Contudo, a falta de caracterização aprofundada dos mesmos explicitou uma lacuna na compreensão dos diferentes processos presentes na produção desses espaços. Assim, o próximo tópico aborda o contexto atual dos espaços urbanos e os tipos dos espaços residenciais derivados da dispersão urbana em Mandirituba, considerando os SENUs delimitados pelos relatórios de revisão do Plano Diretor.

4 Entre as décadas de 1970 e 1990 observou-se um acelerado crescimento demográfico e urbano na proximidade do polo, quando comparado ao restante do território de Mandirituba (BALISKI, 2017). Posteriormente, entre os anos de 2010 e 2022, essa área, que agora corresponde ao Município de Fazenda Rio Grande (emancipado de Mandirituba em 1992), apresentou a maior taxa de crescimento populacional da RMC (5,13% a.a., a 18ª maior taxa no ranking nacional) e o maior incremento populacional, de 81.675 para 148.873 habitantes no período analisado (IBGE, 2012; 2023).

Os tipos resultantes da metropolização em Mandirituba

O território de Mandirituba é caracterizado pela dispersão e a fragmentação de sua ocupação urbana (RANSOLIM, 2022). A área urbana é, embora não exclusivamente, dividida em dois Perímetros Urbanos principais: o Sede localizado ao norte, e o Areia Branca dos Assis ao sul, ambos situados ao longo e seccionados pela Rodovia Federal Régis Bittencourt – BR 116.⁵ Observando a área rural do município, percebe-se ainda a existência de vários núcleos de ocupação, que indicam a ocorrência de uma expansão urbana fragmentada e que tem avançado nas últimas décadas (FUNPAR, 2020) (Figura 2).

Reconhecendo a existência desses espaços e processos, na revisão do Plano Diretor do Município de Mandirituba (2019-2022) foi proposto o Setor Especial de Núcleos Urbanizados (SENU), integrante do Zoneamento Rural, com o objetivo de reconhecer as características urbanas de algumas dessas ocupações dispersas pelo seu território. Ao analisar a proposta (FUNPAR, 2021, p. 47), fica claro que, em princípio, a intenção de demarcar esses espaços como SENUs era reconhecer as características singulares desses territórios e propiciar sua regularização fundiária.

Os relatórios de revisão do Plano Diretor (FUNPAR, 2021, p. 45) demarcaram dez localidades como SENU⁶, mas não se aprofundaram na caracterização de suas particularidades, indicando-as apenas como “locais de interesse”. Embora todas tenham sido denominadas como SENUs, os relatórios admitem que tais espaços têm diferenciações, observando-se variedades de usos e formas de ocupação: habitação permanente e esporádica; atividades agrícolas; comércios etc. (FUNPAR, 2020). Logo, ao não reconhecer os processos incidentes e os conteúdos de seus espaços, não se pode caracterizar qualitativamente a dinâmica observada e, conseqüentemente, atuar sobre ela por meio do planejamento territorial, motivando a presente investigação.

5 Quatro Pinheiros e Espigão das Antas também são localidades consideradas legalmente como Áreas Urbanas, embora não possuíssem legislação urbanística regulamentada pelo Plano Diretor de 2008. Ou seja, ainda que definidas pela lei como urbanas, não eram, na prática, assim consideradas pela administração municipal (FUNPAR, 2020).

6 Campestre dos Paulas, Campestrinho, Chimboveiro, Guapiara, Pé de Erva, Tronco, expansões leste e oeste de Areia Branca dos Assis, e as localidades já consideradas urbanas de Espigão das Antas e Quatro Pinheiros (Figura 2).

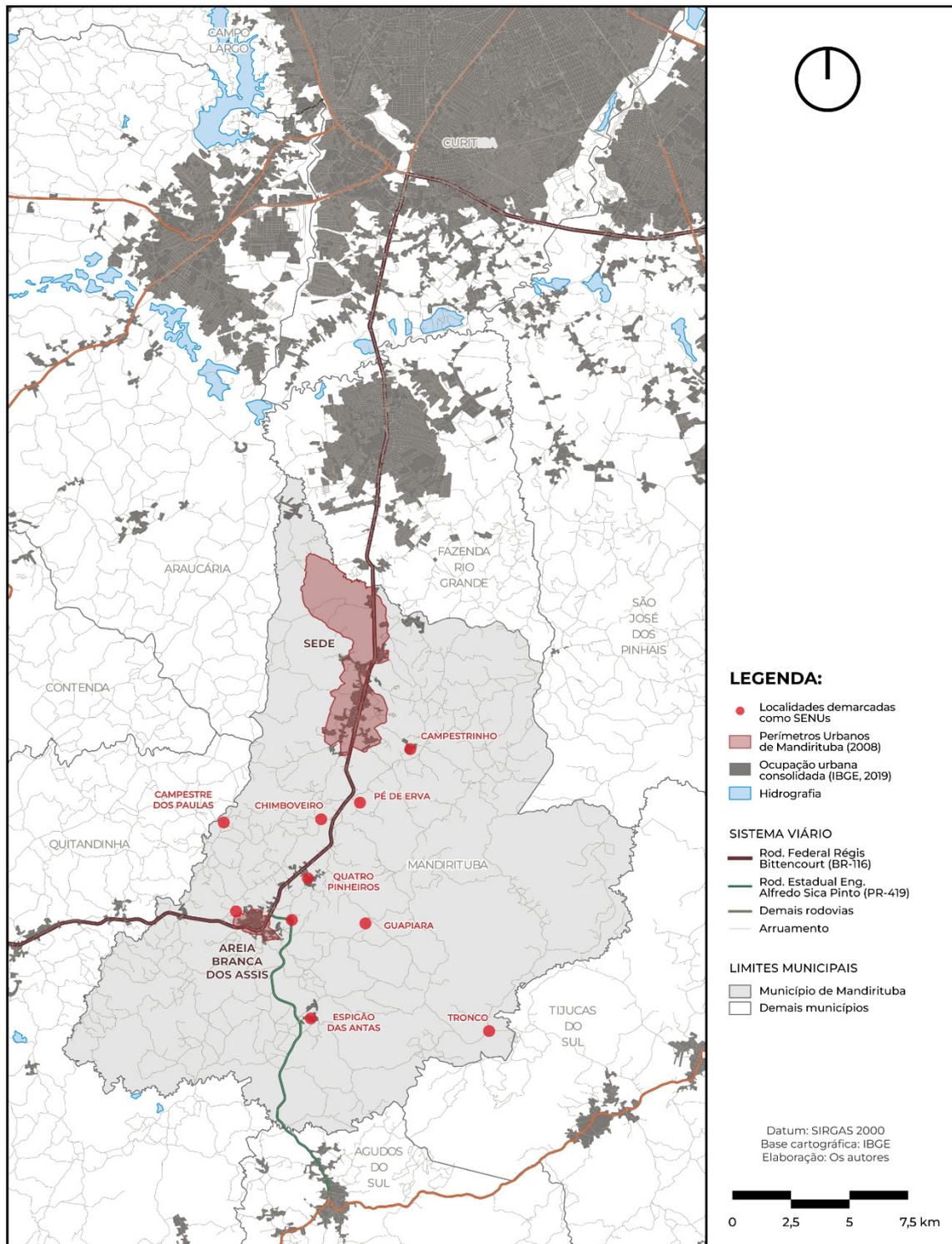


Figura 2. Localização das localidades demarcadas como SENU em Mandirituba

Fonte: Os autores (2024).

Procedimentos Metodológicos para caracterização dos SENUs

Para a identificação e caracterização dos tipos de SENUs foram levantados dados socioespaciais que permitiram a definição de situações típicas. Tal procedimento descreve um conjunto de fenômenos diferenciando-os em “tipos” a partir de suas particularidades. Assim, comprime-se uma realidade complexa a fim de facilitar a compreensão e análise dos espaços estudados para orientar políticas e programas públicos (KAPP, 2012, p. 6).

Para entender as dinâmicas atuantes nos SENUs, levantou-se atributos diversos e não-hierarquizados, com diferentes níveis de generalidade ou especificidade (KAPP, 2012), consideradas importantes para entender as dinâmicas presentes nas escalas microlocal (da vizinhança), local (município) e regional (metropolitana) (RANSOLIM, 2022) (Figura 3). Cabe ressaltar que, assim como Kapp (2012), não foram analisados parâmetros de regularidade e irregularidade fundiária, visto que existe um alto índice de irregularidade em todo território municipal, seja ele urbano ou rural (FUNPAR, 2020). Além disso, a análise não abarcou todos os espaços de moradia existentes nas áreas rurais de Mandirituba, restringindo-se aos demarcados como SENUs por FUNPAR (2021).

O levantamento das informações territoriais disponíveis, realizado em 2022 por Ransolim (2022), baseou-se em: imagens de satélite (GOOGLE EARTH, 2022), mapas cartográficos (IBGE, 1992; 2001), dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Mandirituba (MANDIRITUBA, c2022) e nos relatórios de revisão do Plano Diretor do Município de Mandirituba (FUNPAR, 2020; 2021). Em adição, foram realizados levantamentos de campo nas localidades estudadas, como forma de validar os dados obtidos nas fontes mencionadas, realizar o registro fotográfico, detectar e corrigir eventuais incongruências.

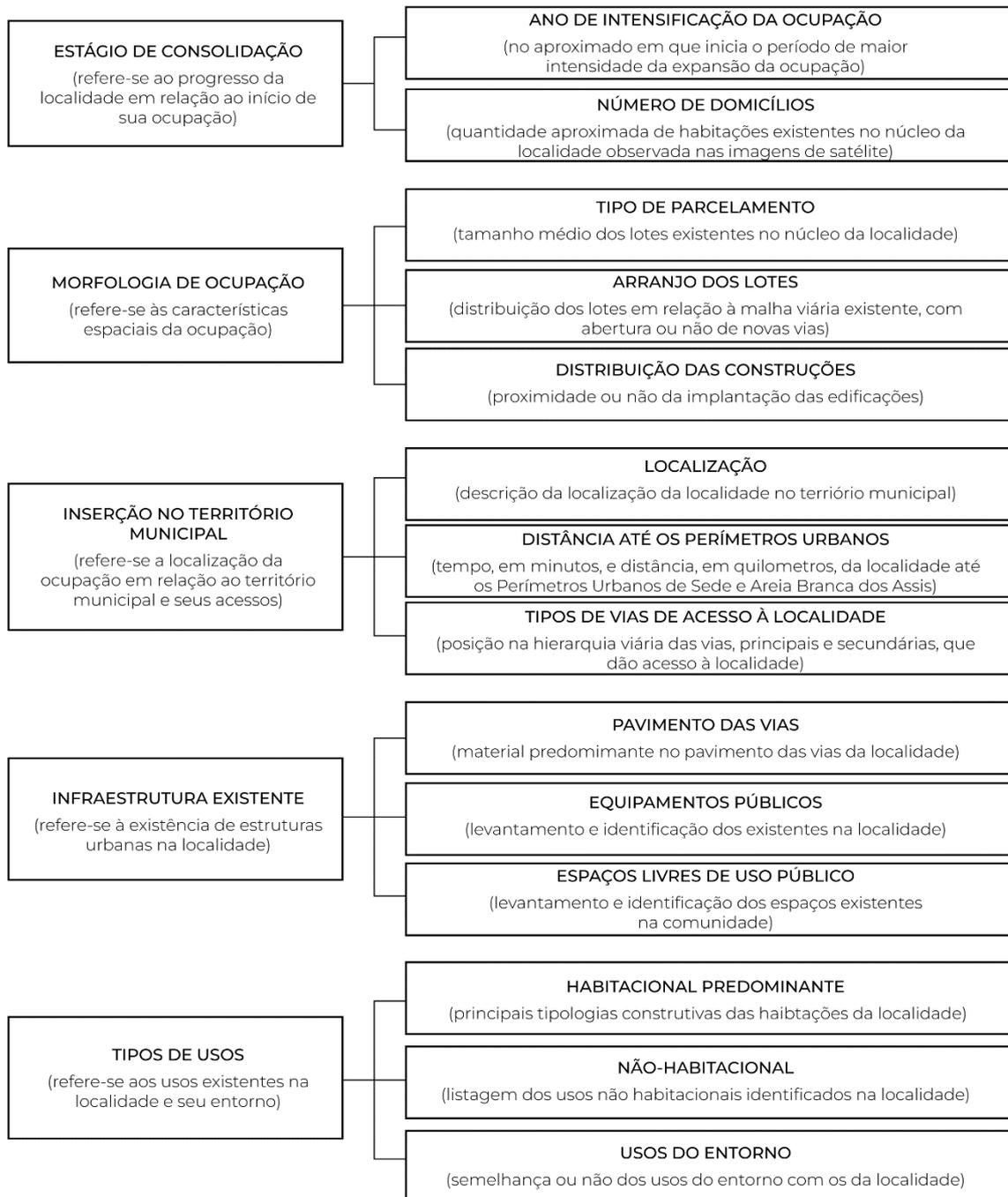


Figura 3. Diagrama das características levantadas para a identificação dos tipos resultantes da metropolização em Mandirituba-PR

Fonte: Os autores, com base em Ransolim (2022).
Nota: Para dados detalhados, ver Ransolim (2022, p. 51-66).

Após o levantamento dos dados específicos de cada SENU, realizou-se a contextualização e a análise qualitativa das informações, de forma a correlacionar as características e diferenciar as localidades de acordo

com suas peculiaridades e relações socioespaciais nas escalas microlo-
cal, local e regional.

Caracterização e análise dos tipos de SENUs

A partir da compilação e processamento das características men-
cionadas (Figura 3), foi possível à pesquisa estabelecer tipos de espa-
ços de moradia caracterizados como SENU e tirar conclusões a respeito
dos processos socioespaciais em curso no Município de Mandirituba.
Esses tipos, descritos no Quadro 1, são: Rural, Dormitório, Limítrofe e
Subcentralidade (RANSOLIM, 2022).

Quadro 1. Tipos de SENUs identificados

TIPO	CARACTERIZAÇÃO	IMAGEM DE SATÉLITE	FOTOGRAFIA
RURAL	Localidades com moradias dispersas, no interior do município, com poucas conexões com as áreas urbanas. Sua população ocupa-se, principalmente, com a produção agropecuária. Caracteriza-se também pela presença de chácaras de descanso.		
DORMITÓRIO	Aglomerados com uso majoritariamente residencial, com ocupação bem definida e concentrada, implantados em áreas rurais e isolados das manchas urbanas inseridas nos Perímetros Urbanos.		
LIMÍTROFE	Espaços produzidos em extensão dos Perímetros Urbanos, derivados de processos de expansão periférica da malha urbana. Marcados pela precariedade urbana e habitacional.		

TIPO	CARACTERIZAÇÃO	IMAGEM DE SATÉLITE	FOTOGRAFIA
SUBCENTRALIDADE	Espaço desconectados dos Perímetros Urbanos, com a presença de usos do solo variados. Pode desempenhar funções de subcentralidade para assentamentos próximos situados na área rural.		

Fonte: Os autores (2024).

Os espaços do tipo Rural (Figura 4) incluem áreas onde as habitações estão ligadas à produção agropecuária, de modo mais intenso em relação aos demais tipos. Nota-se a presença de lotes com tamanhos superiores ao lote mínimo estabelecido no município (360m²) e edificações dispersas, geralmente implantadas ao longo das estradas rurais. As famílias residentes costumam estar estabelecidas nesses espaços há várias gerações, e sua produção caracteriza-se como endógeno ao Município: distintas gerações de uma mesma família constroem suas casas ao longo do tempo, próximas umas das outras, sem a aprovação nos órgãos competentes do parcelamento da gleba original (RANSOLIM, 2022). Com o passar das décadas tal processo promove o aumento da densidade populacional e a extensão da ocupação.

Nesse tipo, a maioria dos usos é residencial, por meio de domicílios permanentes ou utilizados de forma esporádica por moradores de outras regiões, que não vivem necessariamente no município. Em algumas localidades foram identificados outros usos, que normalmente atendem a comunidade local, como bares e templos, ou usos relacionados à agropecuária, como granjas e silos. Em algumas aglomerações mais afastadas das áreas urbanas consolidadas identificou-se estabelecimentos comerciais de maior porte, como mercados.

A presença de equipamentos públicos foi identificada apenas em localidades do tipo Rural distantes das áreas urbanas mais consolidadas, sugerindo que a localização deles nesse tipo pode depender da disposição e da proximidade de outros de uso similar existentes (RANSOLIM, 2022).

Os limites dos assentamentos de tipo Rural são difíceis de definir, pois seus espaços não apresentam diferenças significativas em relação às áreas agrícolas e naturais circundantes (Figura 4). Além disso, apresentam infraestrutura urbana insuficiente, com ruas sem pavimenta-

ção, sistemas de drenagem, saneamento ambiental, iluminação e equipamentos públicos adequados etc.

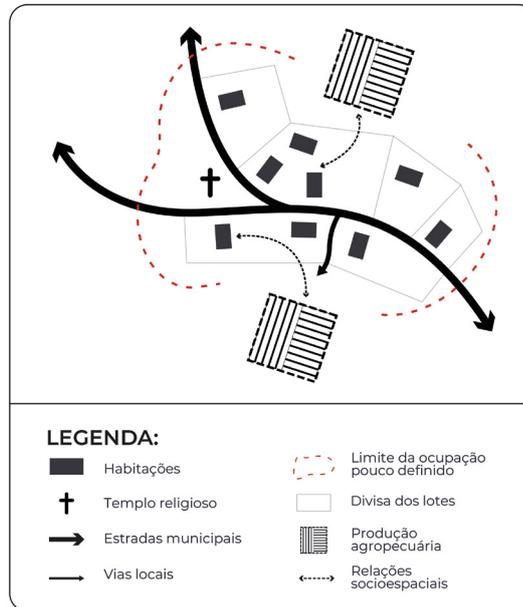


Figura 4. Diagrama do tipo Rural

Fonte: Os autores (2024).

O tipo Dormitório (Figura 5) corresponde a espaços onde os moradores estabelecem relações de trabalho em locais diferentes daquele onde residem. Caracterizam-se como áreas residenciais derivadas do processo de periferização da metrópole, onde a oferta de empregos, equipamentos públicos, comércio e serviços é limitada, implicando em um deslocamento cotidiano dos seus moradores em direção aos distritos urbanos de Mandirituba, ou para outros municípios da RMC. Costumam estar localizados nas proximidades de estradas principais e/ou rodovias, facilitando o acesso ao transporte público municipal e metropolitano.

Similar ao tipo Rural, o tipo Dormitório também apresenta infraestrutura urbana insuficiente. Os comércios identificados comumente estão voltados às necessidades imediatas da localidade. Seus limites são facilmente demarcáveis, devido à diferença marcante entre a ocupação e o seu entorno, sendo este geralmente formado por mata nativa e/ou reflorestamentos (Figura 5). Não foram identificados equipamentos públicos e grandes estabelecimentos comerciais.

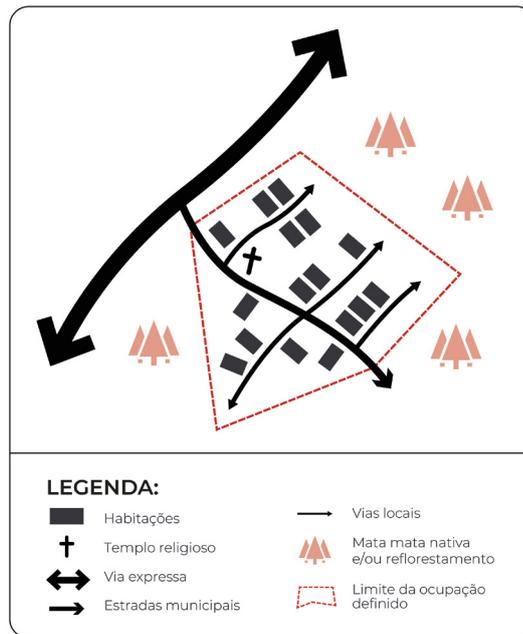


Figura 5. Diagrama do tipo Dormitório

Fonte: Os autores (2024).

Em geral, as localidades do tipo Dormitório crescem a partir de parcelamentos clandestinos do solo e se desenvolvem rapidamente devido à demanda da população metropolitana por terrenos mais acessíveis em termos econômicos (NUNES DA SILVA, 2012). A produção do espaço caracteriza-se pela abertura rudimentar de novas vias, com infraestrutura insuficiente para prover acesso aos lotes e pela presença significativa de habitações autoconstruídas evidenciando, ainda mais, o processo de periferização do espaço (Figura 6).



Figura 6. Evolução da ocupação da localidade Pé de Erva em Mandirituba em 2006, 2012, 2015 e 2020

Fonte: Google Earth (2022).

O tipo Limítrofe (Figura 7), diferente dos anteriores, ocorre nos limites dos Perímetros Urbanos, devido à expansão horizontal da cidade em direção às áreas rurais. Este tipo pode incluir espaços designados como loteamentos legais, onde houve a implantação de infraestrutura básica de acordo com a legislação. Seus espaços, assim como no tipo Dormitório, são resultado do aumento da procura, pela população de baixa renda, por terrenos mais baratos em comparação com o preço do solo praticado nas áreas urbanas melhor localizadas e bem servidas de infraestrutura na metrópole, ou no próprio município (CORRÊA, 1989; NUNES DA SILVA, 2012; BALISKI, 2017).

Não foram identificados equipamentos públicos ou comércios nessas áreas, indicando que os moradores precisam se deslocar para outros locais para acessá-los.

Os limites do tipo Limítrofe podem ter melhor ou pior definição, dependendo do estágio de consolidação do assentamento. O grau de consolidação também faz com que alguns assentamentos se assemelhem, outros contrastem com o entorno (Figura 7).



Figura 7. Diagrama do tipo Limítrofe

Fonte: Os autores (2024).

Por fim, o tipo Subcentralidade (Figura 8) engloba as localidades de maior porte, geralmente situadas às margens de rodovias ou das vias principais de acesso. Seus espaços possuem uma diversidade maior de usos e podem oferecer comércio e serviços para outras regiões do município. Esses usos mais diversificados incluem mercados, lojas de materiais de construção, escolas, agências dos correios, farmácias e outros. Além disso, identificou-se maior especialização dos comércios e serviços, que contribuem para a consolidação de um processo socioespacial mais próximo do encontrado em subcentros urbanos, tais como lojas de roupas, barbearias e lanchonetes.

Como no tipo Limítrofe, o tipo Subcentralidade alterna limites melhor definidos nas áreas mais consolidadas e limites menos definidos nas áreas de ocupação mais esparsa e recente (Figura 8). Além disso, observa-se condições de infraestrutura urbana mais completa se comparadas aos tipos anteriormente descritos, como pavimentação de vias, equipamentos públicos etc.



Figura 8. Diagrama do tipo Subcentralidade

Fonte: Os autores (2024).

Tipos de SENUs e estruturação do espaço na RMC: aprendizados e desafios

Por meio dos resultados obtidos, observou-se que a metropolização em Curitiba continua sendo caracterizada pela extensão da urbanização em direção a espaços cada vez mais distantes do município polo, materializada na produção de diferentes tipos de espaços de moradia na periferia da RMC, conforme identificou-se no estudo dos SENUs de Mandirituba.

Os diferentes tipos reafirmaram também a relevância da produção dos espaços de moradia na estruturação da metrópole de Curitiba, em concordância com outras pesquisas já desenvolvidas (NUNES DA SILVA, 2012; BALISKI, 2019; SANTOS, 2020). Por meio da caracterização dos tipos foi possível observar também a coexistência de processos socioespaciais endógenos e exógenos ao território municipal, indicando que a reestruturação da metrópole se realiza por meio da interação de distintas escalas espaciais, da rede urbana e interurbana (SPOSITO, 2007a; CORRÊA, 2011). Tal dinâmica permite considerar ainda que em cada um desses processos socioespaciais operam distintos agentes sociais. Nesse sentido, considerando os atributos dos tipos que compõem a espacialidade metropolitana, bem como a relação entre agentes e escalas presentes no processo de produção dos espaços de moradia estudados, ampliam-se os desafios que se impõem ao planejamento territorial na RMC, demandando, de modo premente, o estabelecimento de soluções pactuadas entre as escalas federativas de gestão e por meio da governança intermunicipal.

Além disso, “torna-se necessário discutir a ampliação dos parâmetros jurídicos para a regulação do parcelamento do imóvel rural para fins urbanos localizados fora da zona de expansão urbana” (BRASIL, 2005, p. 64), para que os processos socioespaciais em curso possam ser de fato enfrentados, com vistas à promoção de um desenvolvimento socioespacial pleno.⁷ Assim, o enfoque tradicional, baseado na dicotomia entre cidade e campo e que prioriza as áreas com alta densidade populacional, não abrange todos os processos socioespaciais em andamento na metrópole de Curitiba.

⁷ O Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015), aprovado em 2015, apesar de avançar nessa direção ao propor princípios de governança interfederativa das metrópoles brasileiras, prevê poucos instrumentos urbanísticos de caráter metropolitano e mal menciona as áreas rurais.

Embora o estudo tenha se concentrado nas localidades demarcadas como SENUs, é possível supor que os tipos identificados possam ocorrer em outras partes do território de Mandirituba e em outros municípios metropolitanos. Além de considerar que existam tipos com formas e conteúdos distintos dos identificados, descritos e analisados em Mandirituba, assim como admitir que dinâmicas semelhantes estejam ocorrendo em outras metrópoles brasileiras. Nesse sentido, enfatiza-se a importância do desenvolvimento de pesquisas para compreender os processos socioespaciais em curso em municípios situados nas periferias das Regiões Metropolitanas, que conforme demonstrado por meio do caso estudado, vêm sofrendo processos de (re)estruturação espacial ligados à dinâmicas mais amplas.

Considerações finais

Ao se analisar a tipologia dos espaços gerados pelo processo de metropolização em Mandirituba, confirma-se a constatação de Brenner (2018, p. 283) de que a diferença morfológica dos espaços não se manifesta mais como uma separação clara entre áreas urbanas e rurais, mas por meio de uma diversidade de padrões e oportunidades de desenvolvimento, ainda que de forma desigual, dentro de um cenário global de avanço da urbanização. Conforme o autor, torna-se necessário substituir a busca de uma definição nominal para os espaços “urbanos” e “não urbanos”, direcionando o foco dos estudos para a análise dos processos socioespaciais, algo que nos empenhamos neste estudo.

Reforça-se, assim, a necessidade de avançar no desenvolvimento de novas abordagens metodológicas para analisar a metropolização em curso e no desenho de institucionalidades voltadas ao planejamento territorial metropolitano, que sejam capazes, efetivamente, de enfrentar os processos e desafios presentes nos espaços de natureza metropolitana no país.

Por fim, considerando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMC, conforme defendem Nunes da Silva, Vaccari e Correia (2022), reforça-se a necessidade de tratar a moradia como geradora e articuladora das demais funções públicas de interesse comum no planejamento metropolitano, de modo a se promover um desenvolvimento socioespacial equitativo e a justiça social na metrópole de Curitiba.

Referências

BALISKI, Patrícia. Periferia e capital imobiliário: o Município de Fazenda Rio Grande/PR no âmbito dos empreendimentos residenciais populares ofertados pelo mercado. *Revista geografar*, v. 12, n. 1, p. 7-33, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f574/95443013b89b7fa8e44b0a7f9b13fa4ea4fb.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

_____. *Produção do espaço e periferização na metrópole: uma análise a partir do mercado formal de moradia popular em Fazenda Rio Grande/PR*. 2019. 340 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos*. Brasília: Ministério das Cidades, Confea, 2005. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Plano-Diretor-Participativo-1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização. In: BRENNER, N. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018. p. 261-309.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa. Estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Curitiba: tipologia e mudanças no período 1980/ 1991. In: *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas; NUNES DA SILVA, Madianita. Curitiba/Brasil e Tucumán/Argentina: dinâmicas metropolitanas comparadas. *E-metropolis*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 34, p. 6-20, set. 2018. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/258/original/emetropolis34_art-cap.pdf?1540950545. Acesso em: 16 nov. 2022.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. *A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba*. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – FUNPAR. *Relatório 02: diagnóstico análise temática integrada – parte 01*. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://mandirituba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Fase-02-Relatório-02---Diagnóstico-PDM.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.

_____. *Relatório 05: diretrizes e propostas*. Curitiba, 2021. Disponível em: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_103_0_2_08092021113107.pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2. reimpr. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://earth.google.com/web/>. Acesso em: 2 set. 2022.

HARVEY, David. Contradição 1. Valor de uso e valor de troca. In: HARVEY, D. *17 Contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 23-34.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Diretoria de Geociências. *Mandirituba*. Rio de Janeiro, 1992. Escala 1:50.000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=6697&view=detalhes>. Acesso em: 26 jul. 2022.

_____, Diretoria de Geociências. *Mandirituba: mapa municipal estatístico*. Rio de Janeiro, 2001. Escala 1:50.000.

_____. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2023.

KAPP, Silke. Uma tipologia de espaços cotidianos. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, [S. l.], n. 15, p. 5-20, 2012. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i15p5-20. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/48853>. Acesso em: 12 jul. 2022.

_____. Entrevistas nas pesquisas sócio-espaciais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 22(1), 1-32, 2020. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202006>

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LENCIONI, Sandra. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana contemporânea. In: LENCIONI, S. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 29-40.

LIMONAD, Ester. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?. *Formação (Online)*, [S. l.], v. 1, n. 14, 2011. DOI: 10.33081/formacao.v1i14.705. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/705>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MANDIRITUBA – Prefeitura Municipal. Mandirituba – Prefeitura Municipal, c2022. Página inicial. Disponível em: <https://mandirituba.pr.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MOURA, Rosa; DELGADO, Paulo Roberto; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. A metrópole de Curitiba na rede urbana brasileira e sua configuração interna. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F. de; MOURA, R. (ed.). *Curitiba: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014. p. 63-94.

NUNES DA SILVA, Madianita. *A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba*. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

_____. Produção dos espaços informais de moradia e tendências de organização socioespacial do território na metrópole de Curitiba. *In: FIRKOWSKI, O. L. C. F. de; MOURA, R. (ed.). Curitiba: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014. p. 231-259.

NUNES DA SILVA, Madianita (coord.); CORREIA, Alice Dandara de Assis; TEIXEIRA, Ana Gabriela; FURLAN, Débora Luiza Schumacher; VASCO, Kelly Maria Christine Mengarda; LEMES DA SILVA, Marcelle Borges. *Relatório de pesquisa Direito à cidade e habitação: condicionantes institucionais e normativas para implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Curitiba*. Curitiba: LAHURB UFPR; LEPUR UFABC; Observatório das Metrôpoles, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-Final_Curitiba_LAHURB_UFPR.pdf. Acesso em 10 ago. 2023.

NUNES DA SILVA, Madianita; VACCARI, Lorreine Santos; CORREIA, Alice Dandara Assis. Para enfrentar a questão da moradia na metrópole de Curitiba: notas propositivas. *In: MOURA, R; FREITAS, O. L. C. (Org). Reforma urbana e direito à cidade: Curitiba*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 193-203.

OJIMA, Ricardo. *Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental*. 2007. 166p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1606195>. Acesso em: 26 jul. 2022.

PEREIRA, Augusto dos Santos. *O conceito de periurbano aplicado à Região Metropolitana de Curitiba: contribuição ao planejamento*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

RANSOLIM, Eduardo de Souza. *Desenvolvimento socioespacial em espaços em conversão rural-urbano: uma análise dos Setores Especiais de Núcleos Urbanizados do Município de Mandirituba* - PR. 124 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Paraná, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Curitiba, 2022.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Segregação e produção imobiliária na metrópole latino-americana: um olhar a partir da cidade de São Paulo. In: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P. C. X. (Org). *Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago*. São Paulo: FAUUSP, 2011. p. 65-84.

SANTOS, Fernanda Andrade dos. *Os efeitos territoriais do Programa Minha Casa Minha Vida em São José dos Pinhais: município da metrópole de Curitiba*. Curitiba: Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. In: *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. XI, n. 245, 1 agosto 2007a. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.html>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007b. p. 233-253.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M.; (org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 17-37.

ULTRAMARI, Clovis; MOURA, Rosa. (coord.); VIANA, Elze Mangueira; VIERIA JUNIOR, Ildeu Manso; MAGALHÃES, Leila Maria Bueno de; SILVA NETO; Manuel Nunes da; ALVARADO, Mario Fernando Paz y Mino; SANTOS; Vilmar Fernandes dos. Transformações recentes no espaço metropolitano de Curitiba. *In*: ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (org.). *Metrópole grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: IPARDES, 1994. p. 55-65. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_metropole_12_1994.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

Eduardo de Souza Ransolim

Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (2023), Especialização em Políticas e Instrumentos para Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2024), e é mestrando em Planejamento Urbano (2024-2026) pela Universidade Federal do Paraná. Fez parte da Equipe de Apoio durante a revisão do Plano Diretor e elaboração do Plano de Mobilidade do Município de Mandirituba (2020-2022). É pesquisador colaborador do Núcleo Curitiba do INCT Observatório das Metrôpoles.
Rua Francisco Ari Claudino, 1239 , Cep: 83800-034, Mandirituba, Paraná.
E-mail: eduardoransolim@hotmail.com
Orcid: 0009-0000-6635-8679

Madianita Nunes da Silva

Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo desde 2006 e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná desde 2016. Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (1993), Especialização em Gestão Técnica do Meio Urbano pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2002), Mestrado (2006) e Doutorado (2012) em Geografia pela Universidade Federal do Paraná e Pós-Doutorado (2021) no Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. É pesquisadora do Núcleo Curitiba do INCT Observatório das Metrôpoles e do Grupo de estudos sobre dinâmicas metropolitanas (GEDIME).
Rua Alameda Princesa Izabel, 1958, apto 11 , Cep: 80.730-080, Curitiba, Paraná.
E-mail: madianita@gmail.com
Orcid: 0000-0003-3648-6797

Recebido para publicação em fevereiro de 2024.
Aprovado para publicação em agosto de 2024.